

35° Encontro Anual da Anpocs

GT 16 – Grupos dirigentes e estruturas de poder

O engajamento de travestis na mobilização LGBT em Aracaju: redes sociais e recrutamentos

Marcos Ribeiro de Melo

I - INTRODUÇÃO

O presente artigo, parte do pressuposto da existência de mudanças no movimento “homossexual” e “LGBT” na cidade de Aracaju-SE ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, em específico: o aumento da visibilidade social das “homossexualidades”; a diversificação de segmentos identitários; o apoio e reconhecimento das “causas do movimento” pelo Estado; o incremento dos investimentos financeiros públicos e privados nas atividades; a ampliação das redes sociais das instituições e uma incipiente produção de expertises pelos agentes.

No que tange o apoio e reconhecimento de “causas”, observa-se que, contemporaneamente, os segmentos das “travestis”, “transexuais” e “transgêneros” têm ganhado espaço em suas reivindicações de políticas de afirmação identitária. Green (2000b) argumenta que a participação na mobilização política “homossexual” das “travestis”, até o início da década de 1990, foi quase inexistente. Contudo, ao tornarem-se alvo dos investimentos estatais dos programas de combate às DST/AIDS, essa configuração se modificou.

Essas mudanças não podem ser compreendidas isoladas de outras que guardam aproximações e também distinções num contexto histórico mais amplo. Em relação a isto, se no final da década de 1970 a ditadura militar brasileira foi pouco propícia para o surgimento de um movimento “homossexual”, uma situação muito diferenciada podia ser encontrada cenário no hemisfério norte.

Segundo Armstrong (2002a), nos Estados Unidos da América, neste mesmo período, em específico na cidade de São Francisco, o movimento identitário “gay” é descrito como culturalmente vibrante, politicamente poderoso e consolidado. “Em 1979 havia mais bares gays em São Francisco do que em qualquer outro momento. As paradas anuais do dia da liberdade cresciam a enormes proporções. Um fluxo contínuo de novas organizações era criado em torno da identidade gay” (p.154).

No Brasil, de acordo com MacRae (1997), a repressão do regime militar era brutal, de intolerância e de censura ante a liberdade sexual e dos costumes. A realidade política brasileira começou a se modificar, de maneira mais efetiva,

somente a partir de 1978, no final do governo de Ernesto Geisel, com o arrefecimento do regime, e o conseqüente retorno às ruas do movimento estudantil e dos operários dos setores de ponta das indústrias às greves. Embaladas por esse horizonte de mudanças “[...] outras vozes políticas começavam a se fazer ouvir. Homossexuais que se apresentavam como uma “minoría oprimida” juntavam-se, à sua maneira, ao coro de oposição à ditadura” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.81).

Fry (1982), no final da década de 1970 e início da década de 1980, o movimento brasileiro se deparava com um “preconceito difuso e escorregadio”, sem um “inimigo claro”, quando comparada à situação da mobilização norte-americana e européia, onde a “homossexualidade” era criminalizada. Grande parte das discussões dos grupos naquele período girava em torno de uma consolidação da “identidade homossexual”.

Este cenário entrou em crise em meados da década de 1980, quando o movimento sofreu o forte impacto de uma desconhecida doença que se espalhava e matava, com espantosa velocidade, os homens “gays”. Segundo Armstrong (2002a), a epidemia do HIV/AIDS modificou cada aspecto do movimento identitário “gay”: os estilos de vida e os corpos dos homens ‘gays’, as crenças a respeito da segurança e salubridade do sexo “gay” e o orgulho identitário.

As respostas e os efeitos da epidemia foram diferenciados para a mobilização nas realidades brasileiras e norte-americanas. Nos E.U.A., segundo argumentos de Armstrong (2002a), as conseqüências foram negativas, pelo menos na cidade de São Francisco. A doença dizimou círculos de amigos e uma geração de homens. Estrategicamente, as organizações criadas em resposta ao HIV/AIDS não eram “gays”, mas voltadas exclusivamente para o combate à epidemia. “Desta maneira, organizaram-se em torno de lógicas diferenciadas, não com o intuito de reforço identitário, mas competindo por pessoal e recursos financeiros” (ARMSTRONG, 2002a, p. 171).

No Brasil, as respostas ao avanço da epidemia do HIV/AIDS fizeram com que muitos ativistas se vinculassem ao combate da doença (GREEN, 2000b). Contudo, de maneira distinta ao que ocorreu em São Francisco, a relação entre o movimento “homossexual” e o HIV/AIDS e, principalmente, as relações que

começaram a se estabelecer com o Estado, podem ser interpretadas como positivas para a mobilização.

Os investimentos financeiros e a criação de políticas estatais, em articulação com instituições internacionais como o Banco Mundial, cujo objetivo era o combate ao avanço da epidemia de HIV/AIDS no Brasil, na década de 1990, tornaram possível a organização e o fortalecimento da mobilização identitária “homossexual” (GREEN, 2000b, FACCHINI, 2004; 2005; 2009; SIMÕES & FACCHINI, 2009).

Ao mesmo tempo em que se podia vislumbrar na década de 1990 um reflorescimento do movimento, ora enfraquecido na segunda metade da década de 1980, seguiu-se sua segmentação, fato que gerou a modificação da denominação Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) para a inclusão de siglas (GLT, GLBT e LGBT) que contemplassem diferentes segmentos (“gays”, “lésbicas”, “bissexuais”, “travestis”, “transexuais” e “transgêneros”). Esta segmentação articulou-se com as demandas de reconhecimento às especificidades na prevenção ao HIV/AIDS e, posteriormente, com a geração de ações políticas afirmativas específicas (FACCHINI, 2004; 2005; 2009; SIMÕES & FACCHINI, 2009).

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) na década 2000 e sua articulação com a militância LGBT, principalmente das regiões sul e sudeste do país, possibilitaram que a mesma iniciasse uma participação efetiva junto aos quadros do governo em esfera federal. As incursões do movimento junto ao Ministério da Saúde (MS) e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), criada em 2003, fomentaram o surgimento de programas e planos de diferentes ordens em defesa da “cidadania LGBT”, com ressonâncias de demandas por políticas públicas em níveis estaduais e municipais, a exemplo do “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” (FACCHINI, 2009).

É possível observar que, dentro dos esquemas de “categorização sexual” utilizados no campo político “homossexual” brasileiro, até o final da década de 1980, lutas específicas e distintos segmentos eram praticamente inexistentes em virtude de uma “homogeneidade identitária”. Apesar da homogeneidade aqui

propagada, deve-se ter clara a existência, como aponta Facchini (2005) de grupos políticos “gays” e “lésbicos” no Brasil, e de divisões de organizações em torno destas categorizações¹.

Não obstante, as “categorizações sexuais” remetiam, na década de 1980 e ainda hoje, ao campo médico e à taxonomia psiquiátrica iniciada no século XIX. Como afirma Foucault (1998, p. 96),

[...] o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e ‘hermafroditismo psíquico’ permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de ‘perversidade’; mas também possibilitou a constituição de um discurso ‘de reação’: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico.

Nesta direção, segundo a análise “construcionista das identidades”, até recentemente, pensar a si mesmo/a como “homossexual” não era algo possível. Segundo Hocquenghem (1980) a fabricação deste personagem permitiu abstrair um novo tipo social tendo como ponto de partida os atos sodomitas, mas diferenciando-se destes, na medida em que “não eram mais os atos amaldiçoados por Deus que a sociedade punia, e sim uma identidade que ela reivindicava como causa final de tais atos, uma construção personológica racional” (HOCQUENGHEM, 1980, p.8).

O capitalismo industrial, a crescente urbanização das cidades e as proliferações discursivas médica-psiquiátrica, jurídica e literária sobre as práticas

¹ Segundo levantamento de Facchini (2005) em boletins do Grupo Gay da Bahia, no final de 1979, no I Encontro Nacional de Homossexuais Militantes, nove grupos estiveram presentes: Somos/RJ, Auê/RJ, Somos/SP, Eros/SP, Somos/Sorocaba, Beijo Livre/Brasília, Grupo Lésbico Feminista/SP, Libertos/Guarulhos e Grupo Afirmação Gay/Caxias. Numa prévia no II Encontro Brasileiro de Homossexuais (Ebho), em dezembro de 1980, contabilizou-se a participação de quinze grupos e a ausência de dois, totalizando a existência de dezessete grupos: Somos/RJ, Auê/RJ, Bando de Cá de Niterói/RJ, Somos/SP, Outra Coisa/SP, Eros/SP, Convergência Socialista/SP, Galf (Grupo de Ação Lésbica Feminista)/SP, Grupo Terra Maria Opção Lésbica/SP, Alegria-Alegria/SP, Grupo Opção/SP, Liberdade Sexual de Santo André/SP, Grupo Gay da Bahia/BA, Gatho/PE, Beijo Livre/Brasília, Terceiro Ato/MG, Coligay/RS, Auê/PE e Libertos de Guarulhos/SP.

homoeróticas são elementos propiciadores, segundo as análises de alguns estudiosos (D'EMILIO, 1998; GREEN, 2000a, 2000b; COSTA, 2002; GREEN & POLITO, 2006; FIGARI, 2007), do surgimento de uma “identidade homossexual” na segunda metade do século XIX tanto no hemisfério norte, quanto na linha abaixo do Equador.

Contudo, no campo político, a dinâmica que envolve a criação, ou a ressignificação dos sentidos atribuídos às antigas categorias, parecem ter vínculo direto com as “bandeiras” defendidas pelo movimento. Estas funcionariam como importantes elementos na categorização sexual engendrada pelo movimento político LGBT.

Discutir a fabricação de “categorias sexuais” dentro da mobilização política, percebendo as “bandeiras” como elementos em torno dos quais esse processo se estabelece, implica na necessidade de associarmos a compreensão de Diani (2003b) sobre movimentos sociais, e percebê-los como “redes” de interações informais, entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações, engajadas num conflito cultural ou político e que compartilham uma “identidade coletiva”.

A partir deste contexto, o trabalho examina o engajamento individual de “travestis”, “transexuais” e “transgêneros” no movimento LGBT em Aracaju-SE, as redes que as forjaram como agentes políticos, e as relações entre esses processos e as ressignificações das “categorias sexuais” engendradas pelo movimento. Deste modo, debruçamo-nos sobre os seguintes problemas: Que oportunidades políticas possibilitaram o surgimento e a modificação das “bandeiras trans”? Que redes sociais pessoais e organizacionais (formais e informais), configuraram estas bandeiras em Aracaju? Quais os perfis dos agentes destas “lutas”? Quais os recursos e redes ativadas pelos agentes para a adesão e permanência?

Para este fim realizou-se a análise das trajetórias, através de entrevistas biográficas, de três dirigentes das organizações: Lorena, Sofia e Renata (nomes fictícios). Procurou-se captar as origens sociais (familiar e escolar) dos agentes, suas redes sociais de pertencimento, sociabilidades, alianças e as lógicas de engajamento e retribuição.

No que tange à compreensão das condições de constituição e às mudanças contextuais do espaço de militância “trans”, as análises documentais foram o principal expediente. Atas de reunião, correspondências pessoais e institucionais, jornais, cartilhas, relatórios, listas de discussões, e-mails, panfletos, banners, livros de registro, *websites* e outros materiais pertinentes, possibilitam a construção de uma *cronologia espaço-temporal* do movimento (CASTRO, 2008) e das redes sociais que configuram o surgimento de lutas e bandeiras em defesa dos “direitos LGBT”.

Antes do debate sobre campo da política sexual “trans” em Aracaju, expor-se-á as categorias de análise do trabalho que possibilitarão a análise dos dados: processo de categorização, redes sociais e estruturas de oportunidades políticas.

II – UM OLHAR SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS: DEFININDO ALGUMAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

As modalidades de mobilização coletivas pós década de 1960, a princípio surgidas em países do hemisfério norte, a exemplo do “movimento ambientalista”, do “movimento étnico-racial”, do “movimento feminista” e do “movimento homossexual”, inquietaram os estudiosos a partir da percepção de que os modelos interpretativos então disponíveis, como o “marxista tradicional” ou o paradigma norte-americano de “mobilização de recursos”, eram inadequados para as análises das mobilizações civis que naquele momento apareciam.

Enquanto o primeiro argumenta que as mobilizações são fruto das privações econômicas e de opressão sócio-política, e almejavam a transformação das condições de existência (GOHN, 2008; ALONSO, 2009), o segundo, apesar de também utilizar também categorias econômicas, é mais utilitarista/pragmático e compara os movimentos sociais a empresas ou partidos políticos. Dentre deste prisma, argumenta que os movimentos surgem quando os recursos (humanos, financeiros e de infra-estrutura) são mais viáveis. “A

explicação privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas (ALONSO, 2009, p. 53).

Entre os novos modelos interpretativos que se opuseram àquelas perspectivas, destacam-se o “Modelo Institucional/Organizacional” e o “Modelo dos Novos Movimentos Sociais”. Os debates produzidos pelas duas teorias se distanciaram das explicações deterministas e economicistas da ação coletiva, além de irem de encontro à percepção de um sujeito histórico universal. As duas perspectivas teóricas combinam política e cultura na tentativa de explicar os movimentos sociais (ALONSO, 2009).

O “Modelo dos Novos Movimentos Sociais”, em específico criou esquemas interpretativos que enfatizam “a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 1997, p. 121). Ideologicamente, os “novos movimentos sociais” não focariam seus objetivos na redistribuição econômica, tendo sua ênfase na qualidade de vida e na preocupação com estilos de vida. Deste modo, nesta perspectiva analítica, “esses ‘novos movimentos sociais’ não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, ‘no nível dos próprios problemas sociais’, seriam agentes de pressão social, voltados por persuadir a sociedade civil” (ALONSO, 2009, p.60-61).

Segundo Melucci (1989), provavelmente o mais importante e influente analista desta perspectiva, os participantes das ações coletivas dos “novos movimentos sociais”, principalmente a partir dos anos 1980, não são motivados por “orientações econômicas”, calculando os custos e os benefícios de suas ações.

Eles também buscam solidariedade e identidade, que, diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados. [...]. Eles se concentram nas necessidades de auto-realização, mas não numa orientação política, porque contestam a lógica do sistema nos campos culturais e na vida cotidiana das pessoas (MELUCCI, 1989, p. 53-54).

Esse deslocamento do “viés econômico” dos movimentos para um “viés simbólico” encontra-se estruturado a partir do que Melucci (1989; 1994)

denomina de sociedades capitalistas pós-industriais, complexas, informacionais ou avançadas. Estas se produzem, em virtude de uma integração crescente das estruturas econômicas, os aparatos de gestão política e as agências culturais. Nesta direção, “[...] os conflitos se deslocam do sistema econômico-industrial para o âmbito cultural: se centram na identidade pessoal, no tempo e espaço de vida, na motivação e nos códigos da ação cotidiana” (MELUCCI, 1994, p. 128).

A definição de uma “identidade”, a percepção de pertencimento a um grupamento, e a solidariedade gerada por ela, estariam no cerne da mobilização política. A “identidade política” seria tão importante que seria “difícil estabelecer um nexo entre perspectivas e recompensas e, sobretudo, explicar por que os atores coletivos se mobilizam (MELUCCI, 2001, p. 61).

Goirand (2009), não obstante, vê com ressalvas as “novidades” dos “novos movimentos sociais”. Para ela, estes movimentos têm a comum aspiração às mudanças sociais e políticas dos movimentos operários e, ressalta a autora, o uso desta categoria analítica foi empregado equivocadamente para “mobilizações muito heterogêneas, manifestando-se em ambientes políticos e sociais de uma extrema diversidade” (GOIRAND, 2009, p. 325).

A respeito da relação dos movimentos com o poder estatal no Brasil, Gohn (2008) identifica contemporaneamente uma alteração do papel do Estado nas relações com a sociedade civil, denominada por ela como um papel contraditório, pois teria como mecanismo a cooptação do “sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protesto, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas” (p.13). A autora percebe uma fragilização dos movimentos sociais no Brasil a partir da década de 2000, focando uma perda de força política dos movimentos como agentes autônomos, a institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, evidenciando o que a autora denomina de cooptação do movimento pelo aparelho do estatal. (GOHN, 2008). Esta percepção expõe a dicotomização nos modelos teóricos que, ou vêm no Estado e nos processos de institucionalização, a destruição das mobilizações coletivas, ou vislumbram nestes mesmos elementos, oportunidades político-culturais para seu fortalecimento e manutenção.

Ao analisar os movimentos sociais na América Latina e a aplicação interpretativa da “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”, Goirand (2009) demonstra que esta perspectiva e as pesquisas fundamentadas nela, estão vinculadas a posturas não distanciadas, que se esquivam da necessidade de se observar as relações de forças e os diferentes contextos. Compreende, por exemplo, que diferentemente das interpretações de alguns estudiosos acerca das mobilizações da década de 1970, nem sempre ocorreu uma ruptura brutal que gerasse uma autonomia real entre os movimentos e os sistemas políticos.

A autora percebe que o ponto de partida para as pesquisas deve privilegiar a “hipótese de uma *dinâmica de interações múltiplas* entre os diferentes atores da ‘política contestatória’ que pode ser confirmada, tanto pelos *percursos individuais dos militantes* quanto por sua *multiposicionalidade* ou pela convergência da contestação para certas organizações” (GOIRAND, 2009, p.340, grifo nosso). Além de se debruçar sobre outros processos pouco explorados, como a profissionalização política, as trajetórias de ascensão social, as dinâmicas organizacionais ou o desengajamento.

Nesta direção, averiguar o percurso individual, ou como prefere Bourdieu (2008; 2007), o percurso de uma trajetória, dentro do campo político, possibilita o acesso objetivado aos “códigos de leitura”, às “superfícies sociais”, aos “esquemas de percepção” e “disposições”, que garantem aos agentes a posse da “política” com “autoridade”. Segundo Fillieule (2001), quando aplicada ao engajamento político, a noção de trajetória permite perceber o militância como processo e trabalhar as predisposições, a passagem ao ato, as formas diferenciadas e variáveis do tempo tomado pelo engajamento e as multiplicidades de engajamentos ao longo do ciclo de vida (FILLIEULE, 2001, p.201).

Além disso, as trajetórias servem para ilustrar formas típicas de comportamento ou *status*, não sendo de uma pessoa singular, mas de um indivíduo que concentra as características de um grupo. Desta feita, na construção das biografias há uma preocupação com o estabelecimento das “normas e regras estruturais (estruturas familiares, mecanismos de transmissão de bens e de autoridade, formas de estratificação ou de mobilidade sociais etc.)” (LEVI, 1996, p.175).

Contudo, se por um lado, o discernimento acerca das estruturas de distribuição do capital político e militante não esgotam a compreensão a respeito do engajamento, o desvendamento das redes sociais às quais o agente está atrelado, parece ser um caminho complementar para tal. As redes sociais conectam os ativistas dos movimentos sociais e simpatizantes a redes privadas e públicas, formais e informais, organizacionais e pessoais. Amigos, parentes, colegas, vizinhos podem afetar a decisão de se envolver em um movimento. Os indivíduos podem também ser vinculados através de redes indiretas, geradas por articulação com atividades específicas e/ou eventos (DIANI, 2003a), a exemplo de grupos de leitura, cafés, teatros e cinemas alternativos (DELLA PORTA & DIANI, 2006).

Em complementação a esta proposta analítica, o trabalho de Gaxie (1977) aponta que, tanto as contribuições dos agentes ao militantismo quanto suas recompensas/retribuições, são resultado da relação entre as suas propriedades sociais (agentes) e dos recursos da instituição à qual ele se vincula. Assim, as proposições deste autor servem como possibilidade explicativa acerca das condições de sustentação de uma instituição a partir de uma série de lógicas de diversas ordens: afetivas, ideológicas, humanitárias, financeiras, etc.

A respeito da dimensão afetiva, Sommier (2010) argumenta que os sentimentos são instrumentos de modelagem e de manutenção da lealdade. A afetividade também se liga à autopercepção dos agentes, modelando um grupo de semelhanças entre o “eu” e “nós” com objetivos a manter a fidelidade ao grupo e seus princípios, através da articulação entre afetivo, o emocional, o cognitivo e o simbólico.

Nesta direção, para Britt & Heise (2000), os movimentos teriam a habilidade de modificar emoções, conectando os agentes e gerando o engajamento em torno de organizações e “causas” e, desta forma, produzindo identidades políticas. Os agentes disponibilizariam de um “capital emocional”, acionado e modificado por determinados dispositivos, como as propagandas, em proveito da mobilização política. Isto poderia ser observado no movimento “gay” que transforma emoções de “estado de vulnerabilidade”, como o “medo” e

a “vergonha”, em emoções como “raiva” e “orgulho”, potencializando a participação individual.

Deste modo, o processo de engajamento individual não pode ser entendido excluindo-se os contextos estruturais e relacionais, das intenções dos agentes. O contexto sócio-cultural define a possibilidade, entendida como potencialidade, de alguém se engajar a um movimento social. Todavia, “sem a presença de redes que também exponham os agentes às oportunidades de mobilização, o potencial de mobilização fica fraco e é, além do mais, improvável que os indivíduos convertam seu potencial de mobilização em ação” (PASSY, 1998, p. 61).

Assim, as redes sociais passam a ser uma importante fonte de recrutamento para as organizações e, ao mesmo tempo, através das interações proporcionadas, de produção de sentido para a mobilização de seus participantes. Nesta direção, a agência não é totalmente determinada pelo contexto e, analisando-se os sentimentos e percepções acerca do seu engajamento, tem-se acesso às estruturas de significação do compromisso político (PASSY & GIUGNI, 2000).

Ainda sobre o contexto relacional, Passy (1998; 2003) distingue três funções diferenciadas das redes sociais: socialização (*socialization function*), de conexão-estrutural (*structural-conexion function*) e modeladora de decisões (*decision-shaping function*)². O papel de socialização das redes expõe o fato de que, quando integrados às mesmas, os agentes situam-se “dentro de uma estrutura de interações que lhes permite definir de redefinir seu quadro interpretativo do mundo” (PASSY, 1998, p. 63). Há, nesta função, uma modelação dos esquemas de percepção e interpretação da realidade. O compartilhamento de valores e normas modela uma “visão de mundo” que possibilita os agentes se engajarem numa ação coletiva, criando uma disposição a participar.

² Optou-se por manter as categorias analíticas definidas no artigo “Social networks matter. But how?” (PASSY, 2003).

Todavia, identificar-se com a causa política específica não garante a participação do agente nas lutas. A função de conexão-estrutural das redes sociais tem um papel de mediação, conectando potenciais participantes a uma oportunidade de mobilização. Apesar das redes não serem o único canal de conexão, “indivíduos com amigos ou conhecidos já envolvidos nos movimentos sociais são mais inclinados a fazerem parte na ação coletiva” (PASSY, 2003, p.24)

Possuir determinadas “visões de mundo” e ter “oportunidades de ação”, entretanto, também não garantem o engajamento político. As inconveniências de participação em uma ação coletiva constituem uma barreira significativa. A decisão de ingressar num protesto não é realizada, entretanto, de maneira isolada. Ela é diretamente afetada pelas teias sociais. Eis a função modeladora de decisões das redes sociais.

Deste modo, compreende-se que o engajamento é o produto de um encontro entre as disposições e as experiências construídas com um grupo ou uma instituição. Assim, pode-se dizer que o grupo fabrica seus militantes e vice-versa. “Essa fabricação consiste em um processo de ajustamento entre as propriedades de da instituição e do campo onde ela intervém e as propriedades dos engajados” (SAWICKI, 2003, p.146).

Ao se estudar o engajamento político por esse viés, como afirma Sawicki (2003), abre-se a possibilidade de analisar como se opera a “construção social do desejo” de se dedicar a esta ou aquela “causa”, encarnar uma organização, desejar que se viva a partir de uma “vocação”. A compreensão deste processo implica, não somente na observação entra a articulação entre as diferentes esferas de vida, mas também aos efeitos do grupamento e de sua história, sobre o agente engajado.

Não obstante, as dimensões macrosociológicas não podem ser preteridas, pois como defende Tarrow (2009), as mudanças contextuais geram “estruturas de oportunidades políticas”, estando os confrontos políticos relacionados e limitados a elas, mais do que aos fatores econômicos e sociais. Assim, “o confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidades para usá-los” (TARROW, 2009, p. 99).

Os movimentos sociais surgem da criação ou da expansão de oportunidades políticas, contudo, só é possível entender sua dinâmica e impacto, a partir da percepção de que os rompimentos, conflitos e as instituições estão em constante movimento, dentro do que Tarrow (1999) denomina de “Estado dinâmico”. Deste modo, os movimentos “[...] são um signo da vulnerabilidade do Estado diante da ação coletiva e geram oportunidades para os outros. Esse processo desemboca em reações por parte do Estado que, de uma ou de outra forma, geram uma nova estrutura de oportunidade” (TARROW, 1999, p.99).

No Brasil, especificamente, a reabertura política pós-ditadura militar no final de década de 1970, as intervenções do Estado no combate à epidemia ao HIV/AIDS nos anos 1990, a ascensão dos “partidos de esquerda” nos anos 2000, a criação de políticas afirmativas para os segmentos LGBT, podem ser interpretados como importantes oportunidades políticas para o surgimento e a consolidação da mobilização política.

Todavia, aponta McAdam (2002), é difícil separar as mudanças objetivas das oportunidades políticas e os processos subjetivos de construção social e atribuição de sentido à participação dos sujeitos nos movimentos. Assim, “[...] o analista de um movimento social tem duas tarefas: dar conta dos fatores estruturais que tenham reforçado objetivamente os grupos de oposição e analisar os processos que incidem na atribuição de significado e importância de algumas condições políticas modificadas” (MCADAM, 2002, p.47).

Para a compreensão da fabricação das “categorias sexuais” no movimento, aproximamo-nos das análises de Brubaker & Cooper (2000) que problematizam a categoria “identidade”, expondo sua confusão semântica e ineficiência analítica. Oscilando entre teorizações que a concebem como “essência” ou como “múltipla, fragmentada e fluida”, a noção de “identidade”, como categoria analítica, foi forjada num contexto político específico da década de 1960, dominado por reivindicações identitárias e com claras implicações políticas (BRUBAKER & COOPER, 2000; AVANZA & LAFERTÉ, 2005).

Como alternativa às confusões semânticas e às contradições geradas pelo uso da “identidade”, Brubaker & Cooper (2000) sugerem a utilização de outros recursos terminológicos: 1) identificação, 2) imagem social, 3)

pertencimento³. Interessam-nos em específico os “processos de identificação”, categoria que objetiva especificar os agentes que fazem a “identificação”, não se pressupondo que este processo resultará necessariamente numa uniformidade interna. Esta “identificação” de si mesmo e de outros é intrínseca à vida social. Todavia, “como alguém identifica a si mesmo – e como alguém é identificado por outros – pode variar enormemente de um contexto para outro; a identificação de si e de outros é fundamentalmente situacional e contextual” (BRUBAKER & COOPER, 2000, p.14).

Categorizar o mundo implica não somente num projeto político ou numa prática cotidiana, mas é também fundamental sob o ponto de vista cognitivo. “As categorias estruturam e ordenam o mundo para nós. Usamos categorias para analisar o fluxo de experiências em objetos, atributos e eventos discrimináveis e interpretáveis (BRUBAKER, LOVEMAN & STAMATOV, 2004, p. 38).

Apesar do Estado ser o mais poderoso “identificador” por possuir recursos simbólicos e materiais para impor categorias e esquemas classificatórios, ele não é o único, pois “ a categorização é um processo crucial nos “trabalhos institucionais” em todos os tipos espaços sociais, incluindo famílias, firmas, escolas, movimentos sociais e burocracias de todos os tipos” (BRUBAKER & COOPER, 2000, p.16).

Os trabalhos de Armstrong (2002a;2002b;2005) lançam importantes pistas acerca da possibilidade analisar os “processos de categorização” através da institucionalização do movimento e da cristalização de uma “ identidade homossexual”. Em suas análises a autora argumenta que as modificações das organizações e “identidades gays” na cidade de São Francisco ocorreram a partir de duas rupturas históricas. A primeira ruptura vincula-se ao surgimento de uma “Gay Liberation” em 1969, como parte da “New Left” norte americana, em franca oposição às organizações homófilas.

³ Avanza & Laferté (2005) verificam a dificuldade do emprego das categorias sugeridas por Brubaker & Cooper (2000), na língua inglesa, “Identification and categorization”, “self-understanding and social location” e “commonality, connectedness, groupness” para o uso na língua francesa. Os autores sugerem que as categorias sejam substituídas pelos conceitos de “identificação” (identification), “imagem social” (image sociale) e “pertencimento” (appartenance).

A segunda ruptura surgiu com o rápido declínio da “New Left” no início dos anos 1970. Ao passo em que a “New Left” se desestruturava, as organizações de “Gay Liberation” também se extinguíam. A “Gay Liberation” era composta por três correntes de ativismo analiticamente distintas: “Gay Power”, “Gay Pride” e “Gay Rights”.

Ao averiguar as oportunidades políticas necessárias ao surgimento de um movimento “homossexual” no Brasil, distinguem-se dois momentos de descontinuidades históricas que produziram formas de militância diferenciadas. A primeira descontinuidade pode ser identificada como sendo a abertura política pós-ditadura militar. Se, como afirma Facchini (2005), a ditadura é interpretada por alguns autores como Green (2002a; 2002b), de maneira negativa e de pouca oportunidade política para o surgimento de um “movimento homossexual”, por outro viés esta mesma ditadura pode ser pensada como um estímulo à formação de resistências que caracterizariam o que a autora chama de “primeira onda do movimento homossexual brasileiro”, com influências antiautoritárias e percepção de uma distância necessária do Estado.

O segundo momento tem sua irrupção em consequência do surgimento da epidemia do HIV/AIDS e caracteriza-se pela aproximação do Estado da “mobilização homossexual” brasileira, com maior efetividade, em meados da década de 1990, gerando fortalecimento e financiamento de atividades das ONGs/AIDS e ONGs/GLBT no combate ao vírus, gerando a “segunda onda do movimento” e sua “segmentação identitária” (FACCHINI, 2004; 2005; 2009). O discurso, a partir de então, muda de tom e adquire um caráter de “reconhecimento” e “integração” de um “cidadão gay” (FIGARI, 2007).

III – DA TAXIONOMIA MÉDICA AO COMBATE AO HIV/AIDS: ITINERÁRIOS E A FABRICAÇÃO DO “UNIVERSO TRANS” PELO MOVIMENTO LGBT

“A verba da AIDS e o estigma da ‘peste gay’ tiveram seu lado bom. Com o recurso de se fazer prevenção, se fez direitos humanos” (Renata, militante “travesti” em Aracaju/SE).

Os “monstros” e “desviantes” sexuais são invenções datadas do século XIX, como aponta Foucault (2001; 2003). Da “criança masturbadora” ao “homossexual”, os discursos médicos, jurídicos e pedagógicos trataram de esquadrihar corpos e psiquismos, estabelecendo a naturalização, medicalização e criminalização de seus desejos.

Foucault traça a história das categorizações sexuais engendradas entre múltiplos campos de saber e poder, sob a tutela do Estado Moderno. Contudo, o autor esclarece que o discurso nem é o tempo todo submetido ao poder, nem oposto também a ele, fazendo parte de um jogo complexo e instável, ele é “instrumento e também efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 2003, p. 96). Como exemplo, cita o “discurso de reação” dos “homossexuais” no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando passam a utilizar as mesmas categorias médicas geradas no século anterior, reivindicando “identidade (s)” e o direito de falar sobre si e de sua(s) “natureza(s)”.

Um mesmo percurso parece ter sido realizado em torno das categorias referentes ao que aqui denominaremos, como o fez Benedetti (2005), de “universo trans”. Benedetti (2005) utiliza a categoria “universo trans” por considerá-la mais ampla no que se refere às possibilidades de “transformações de gênero”, abrangendo “todas as ‘personificações’ de gênero polivalente, modificado ou transformado, não somente pelas travestis” (BENEDETTI, 2005).

Em nosso trabalho o privilégio a esta categoria se justifica na medida em que não há o interesse em estabelecer definições rígidas sobre as “diferenças” existentes entre “travestis”, “transexuais” ou “transgêneros”, mas contemplá-las como categorizações em constante disputa e ressignificação nos campos médico, jurídico, psicológico e da própria mobilização política.

É possível encontrar em trabalhos acadêmicos brasileiros duas vertentes que tentam analisar a emergência das categorias “trans” e seus campos de disputa. Na primeira estão os debates que se debruçam sobre o campo da medicalização/psiquiatria/jurisdição, presentes em trabalhos como Bento (2006; 2008), Amaral (2007) e Leite Jr. (2008). Neles percebem-se discussões sobre a produção de saberes científicos, “categorias sexuais” e sua relação com o controle dos corpos e das subjetividades “trans”.

A segunda vertente tece considerações a respeito das ressignificações das categorias “trans” no universo militante, não obstante, fazendo uso das teorias de gênero, como nos trabalhos de Barbosa (2010) e Carvalho (2011).

O trabalho que aqui se apresenta, distancia-se destas duas vertentes analíticas a partir da crítica que estabelece em torno da categoria “identidade”, não se vinculando às propostas mais “naturalizantes” e “fortes” do uso deste conceito, e também dos usos mais “fracos” ou “fluidos”, como os que se guiam a partir da categoria de “performance de gênero” proposta por Butler (2003; 2005; 2006).

Há uma preocupação com o engajamento individual de agentes políticos “trans” no movimento LGBT em Aracaju-SE e as redes que as forjam. Compreende-se que no campo político, a dinâmica que envolve a criação, ou a ressignificação dos sentidos atribuídos às antigas categorias médicas do século XIX acerca da “homossexualidade” e do “universo trans”, parecem ter vínculo direto com as “bandeiras” defendidas pelo movimento.

A criação e o uso de “categorias sexuais” (“heterossexualidade”, “homossexualidade”, “lesbianidade”, “bissexualidade”, “travestilidade”, “transexualidade”⁴), implicam em esforços não somente do estado, ou das instituições médicas, jurídicas, psicológicas e pedagógicas de “identificação”, mas também um investimento do próprio movimento “homossexual” e/ou “LGBT”. Assim, as lutas parecem ser mecanismos importantes para essa “categorização”, na medida em que consolidam e ressignificam as categorias procurando, por muitas vezes, naturalizá-las e/ou oficializá-las, a partir de parâmetros distintos das categorias criadas no século XIX.

Deste modo, por exemplo, a bandeira do “combate à homofobia” gerou um recrudescimento das categorias médicas do século XIX, mas ao mesmo tempo, uma mudança de sentido em benefício da “luta”, associando o “homossexual” à vítima, ao excluído, ao discriminado, e o “homofóbico” ao seu algoz. De maneira semelhante é possível notar, na “luta contra o HIV/AIDS”, modificações nas “categorizações epidemiológicas” que, na década de 1980,

⁴ O sufixo “ade” tem sido utilizado pelo movimento LGBT no lugar do “ismo” como tentativa de se desvincular os “segmentos identitários” dos sentidos patológicos de suas denominações.

classificavam os “homossexuais” como “grupo de risco”, para uma ideia de “vulnerabilidade social”⁵ nos anos 1990. Mudanças também são perceptíveis nos “modelos interventivos de prevenção” ao HIV/AIDS, inicialmente baseados em informações e mudanças comportamentais, modificados para modelos de “transformação e justiça social”, que enfatizam a “defesa dos direitos humanos” e o “enfrentamento das condições de opressão sexual e social”. (PARKER, 2000; TERTO JR., 2002).

Nenhum outro grupo, segundo Figari (2007), foi tão beneficiado pelos investimentos estatais como o “trans”, considerado o mais exposto e com maiores índices de contágio. “Por isso, os primeiros grupos organizados de travestis nasceram vinculados às ONGs/Aids, e não diretamente aos grupos gays” (FIGARI, 2007, p. 456).

A incorporação das travestis como alvo de investimentos dos programas de DST e AIDS ampliou o número de associações de travestis, o que gerou anualmente o “Encontro de Travestis e Transexuais que atuam na luta e prevenção à AIDS” (Entlaids), realizado em várias regiões. Se as discussões iniciais, nestes encontros, davam-se em torno da prevenção e combate ao vírus, com o passar dos anos, outras demandas surgiram como a de mudanças na segurança pública, o acesso à educação e ao mercado de trabalho (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

Em Aracaju é possível encontrar duas organizações políticas “trans”. A primeira, inaugurada em 1998, é a “Associação de Travestis Unidas”, surgida num contexto preventivo do HIV/AIDS, em parceria com a “Coordenação Estadual de DST/Aids” de Sergipe, sob os auspícios de uma Assistente Social, não “travesti”, vinculada à “Secretaria Estadual da Saúde”. A “Astra – Direitos Humanos e Cidadania LGBT”, inaugurada em 2001, contudo, teve sua origem

⁵ Fundamentado na percepção de que a disseminação da epidemia se baseia em fatores como a desigualdade, injustiça, preconceito, discriminação, opressão, exploração e violência dirigida às vítimas acometidas pela doença (PARKER, 2000).

vinculada à formação de núcleo de outra organização em defesa dos direitos LGBT, o extinto Grupo Dialogay⁶.

As causas defendidas pelas organizações “trans” em Aracaju, no amplo espectro dos “direitos humanos”, também foram ampliadas e/ou modificadas. Observa-se que os agentes e suas organizações se envolvem, por exemplo, em defesas do “uso do nome social”, na “redução de danos” para “travestis” dependentes químicas ou ainda na “qualificação profissional” deste segmento. Essas demandas se vinculam ao ajustamento entre prevenção ao HIV/AIDS e as políticas afirmativas, entendendo que a contaminação guarda relações com as “vulnerabilidades” sociais do segmento.

Se, por um lado, em Aracaju, os investimentos do “Programa Nacional de DST e AIDS” tornaram possível a execução de ações de assessoria jurídica, como o projeto “Balcão de Direitos” da “Associação de Travestis Unidas” (OLIVEIRA, s.d) e de “redução de danos”, com o Projeto “Mais Prevenção menos Vulnerabilidade” realizado pela ASTRA. Por outro, também capacitou e fortaleceu as associações e o quadro da militância com a “formação de lideranças” no “Projeto Tulipa⁷” e a criação de uma rede entre as associações nordestinas “trans” (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe e Bahia), ambos executados pela ASTRA.

Não obstante, não é possível explicar o “processo de categorização” do movimento atendo-se somente às redes formais que se estabelecem via estado, num plano macrossociológico. É necessário também perceber que a participação das agentes “trans” na militância, evoca uma predisposição ao engajamento, marcada por redes sociais que estruturam a subjetividade dos agentes e os habilitam a adentrar e permanecer nas “lutas” e, deste modo,

⁶ A estratégia de defesa exclusiva dos direitos das “travestis”, inicialmente proposto por esta instituição, modificou-se ao longo dos anos. Hoje ela abarca os outros segmentos identitários. Todavia há um forte vínculo com as questões “trans”.

⁷ Carvalho (2011) aponta que o próprio estado se tornou um formentador do quadro da militância “trans”, principalmente, em âmbito mais formal, com os cursos de capacitação das populações vulneráveis, dentro da lógica de “empoderamento”.

participar das ressignificações próprias aos “processos de categorização” do movimento LGBT.

Essa dimensão microssociológica pode ser averiguada nos itinerários de Lorena, Sofia e Renata. As análises apontam duas modalidades de engajamento distintas. A primeira modalidade, referente aos casos de Lorena e Sofia, é caracterizada por uma trajetória de origens sociais humildes, baixa ou média escolaridade, e a participação em redes de amizades com outras travestis engajadas que lhes possibilitaram a aprendizagem da militância e a percepção de si como agentes políticos. A segunda modalidade, no caso de Renata, remete a um engajamento a partir de origem social média, com acúmulo de capital militante a partir da participação em ativismo estudantil, vinculação a partidos políticos e reconversão deste capital em ocupação de cargos na esfera governamental e na militância nacional.

Em todas as trajetórias, a dimensão afetiva parece ser também um aspecto importante para o engajamento. A violência social e familiar, a prostituição (Lorena e Sofia se prostituíram) e a exclusão social, antecederam a aceitação do grupo de militante. Ao mesmo tempo o grupo agiu como fomentador de novos sentimentos, geralmente de “indignação” e “descontentamento”, no lugar da “vergonha” e do “medo”. Abaixo seguem os itinerários.

Lorena tem 37 anos e cursa o primeiro ano da educação básica, na modalidade supletivo, numa escola pública em Aracaju. Ela é presidente de uma associação de travestis na cidade, uma das fundadoras da ONG em 1999 e está no seu segundo mandato. Nasceu num povoado de um pequeno município sergipano à beira do Rio São Francisco. Filha de lavradores, cuja atividade agrícola é de subsistência, é a caçula de nove filhos. Seus avós foram também lavradores. Acerca da história escolar de sua família, relatou que sua avó materna estudou até a oitava série, seu pai sabe “ler e escrever pouquinho” e sua mãe cursou até a quinta série do antigo 1º grau. Recorda-se da figura marcante de sua mãe, definida por ela como uma “guerreira”. Aos domingos ela levava os filhos à igreja católica, era uma mulher atuante e com certo destaque no campo religioso, participante de um grupo orações e cantora da igreja. Aos dez anos foi expulsa

de casa pelo pai ao lhe revelar que “não era o homem que ele desejava que ele fosse” e que se sentia uma mulher. “Eu não sabia nem o que era travesti, que eu nunca ouvi falar. Sempre ouvia afeminado, mas era uma história lá longe, que os nossos avós contavam, que tinham os homens afeminados”. Foi acolhida por sua avó materna que logo tratou de transferi-la para Aracaju, para a casa de uma tia, em busca de “tratamento”. Logo em seguida viajou para São Paulo, na companhia de um primo, a pedido de sua tia. Lá conheceu outras travestis que a encaminharam à prostituição aos 11 anos de idade. Aos 18 anos retornou à Aracaju, já transformada, “com peito e tudo”, e resolveu visitar sua cidade natal. Lembra que fugiu escondida numa ambulância da cidade, pois sofreu agressões das pessoas, muitos queriam linchá-la. No seu retorno a Aracaju foi “trabalhar numa casa de família” para ter garantia do que comer e de onde dormir, mas não recebia salário. Não tardou e voltou às ruas para se prostituir em Aracaju, no centro da cidade. O contato com a rua a fez conhecer outras travestis e desenvolver laços de amizade. A situação naquela época, meados da década de 1990, era difícil para as travestis. O avanço da AIDS, a falta de acesso aos serviços de saúde e a violência, propiciaram o contato das travestis nas ruas para uma assistente social da secretaria estadual de saúde. Lorena começou a frequentar reuniões que eram articuladas pela assistente social na rua, nos pontos de prostituição. Juntas resolveram formar uma ONG em defesa das travestis de Aracaju. Na organização aprendeu a ser militante, buscar e brigar por seus direitos e a conhecer as leis que a defendem. Lorena não frequentou muito o Dialogay (primeira organização LGBT do Estado), pois não se sentia contemplada, identificando o espaço como mais voltado para os “gays” do que para as travestis. Ela se percebe diferente das travestis não militantes, pois segundo seu ponto de vista, possui informações importantes para reivindicar seus direitos e o de outras. Contudo, não se percebe ainda uma “militante 100%”, pois além de não dedicar seu tempo integral à militância, não é escolarizada. Há sete anos está casada, com reconhecimento de sua união civil. É hoje dona de casa e ativista, mas não deixa de frequentar a sua ocasionalmente, sem o conhecimento do esposo e da família. Em sua fala compara-se com travestis com maior nível de escolarização (nível superior). No futuro pensa em ser assistente social para trabalhar com jovens travestis que sofrem exclusão familiar. Relata que sua mãe a vê, hoje em dia, com orgulho, desde que tomou conhecimento de sua atividade militante, principalmente ao observá-la falando em público. Assevera uma também aceitação familiar em virtude da militância. Acerca das aprendizagens necessárias para a militância, em específico o falar em pública, Lorena afirma que não tinha coragem no início. “No meu primeiro mandato, na primeira fala em público, num evento em Maceió, eu me tremi toda. O que falar? Como falar?”. Outra travesti, uma experiente ativista e advogada, a orientou para a fala, não só naquele momento, mas em outros encontros dos quais participaram, muitos dos quais patrocinados pelo

Estado. “Hoje eu não tenho nenhum problema em chegar numa assembléia. Se chegar qualquer lugar em público, eu falo sem problema”. Nesta construção de si como militante, houve o incentivo ao retorno do estudo. Inclusive, na sala de aula, destaca-se como liderança nas atividades e, recentemente candidatou-se à representante de turma, não logrando êxito. Filiada ao PT há um ano, percebe que o “governo no PT” preocupa-se com militância LGBT e abriu muitas portas. Tem a intenção de se candidatar a vereadora nas próximas eleições, pois “[...] é importante ter uma representante lá. A gente ainda não vê. Aqui em Aracaju nunca teve. [...] É bom! Fortalece o movimento!”.

Sofia tem 35 anos e nasceu num município do centro do estado. Morou até os 11 anos de idade com uma família adotiva. A irmã adotiva era professora, lembra que era bastante respeitada e muito atuante na comunidade. Depois do falecimento de sua mãe adotiva foi morar com a mãe biológica em Aracaju. Desde o início conheceu o preconceito, pois tinha trejeitos femininos. Sua mãe biológica tem pouca escolaridade e teve 10 filhos. Aos 18 anos entrou em conflito com a mãe por ser homossexual, sendo expulsa de casa aos 22 anos. Na época estudava o pedagógico na Escola Normal. Participou do movimento estudantil na época, mas era mais dos “bastidores”. Tinha maior atuação no grupo de teatro, a partir do qual conheceu as pessoas do grêmio estudantil. No período tentou trabalhar como doméstica, mas não conseguia sobreviver com o que ganhava e, aos 24 anos, começou a se prostituir. Logo teve contato com a “Associação Unidas de Travestis” e frequentou as primeiras reuniões da ONG como uma voluntária. Quanto a sua trajetória escolar, sempre estudou em pequenas escolas de bairros periféricos, concluindo o primeiro grau numa escola pública de referência. Hoje voltou a morar com a mãe. Seu ex-companheiro, que é artesão, conseguiu tirá-la das ruas. Ele não tem nenhum envolvimento com o movimento LGBT. Afirma que ONG “mudou sua vida” através de cursos que pôde fazer. A instituição resgatou sua auto-estima, passou a ser artesã e hoje sobrevive do artesanato que fabrica em casa e seu ex-companheiro vende. Foi presidente da ONG entre 2008 e 2009. Era muito atuante do grupo, participando de reuniões semanais, debatendo e participando de congressos, mas a escrita dos projetos era realizada por uma assistente social, mentora da instituição, com a anuência das travestis. Por ter o nível médio completo, é vista pelas demais travestis como uma militante “bem preparada”, mas não se vê hoje como uma pessoa atuante no grupo. Após agredir fisicamente uma travesti presidente de outra ONG, afastou-se do cargo.

Renata nasceu na capital sergipana no ano de 1980 e, atualmente, além de presidir uma ONG LGBT, é Secretária de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Seu pai, metalúrgico, nasceu no interior sergipano, e sua mãe, cabeleireira, em Alagoas. Ambos possuem baixo nível de escolaridade e nenhum tipo de envolvimento com partidos políticos ou vínculos com mobilizações políticas. Ela tem apenas um irmão, que é “gay”, mas não tem envolvimento político. Entretanto, outros familiares exerceram atividades político-partidárias e tiveram destaque como lideranças. Um de seus tios foi prefeito no interior da Bahia e sua tia foi vice-prefeita na mesma cidade. Um de seus primos é prefeito de uma cidade no sul do estado e, anteriormente, havia sido vereador. Outro primo é presidente de um time de futebol da capital. Acredita que a convivência em sua infância com essas pessoas justificam o seu “gosto” de estar no movimento social. Desde pequena era considerada pela família como uma criança bastante inteligente e falante. Realizou sua escolarização inicial numa instituição particular católica. Frequentava a igreja, e era tida como “questionadora” e “contestadora”. Aos 11 anos ingressou na escola pública estadual de referência, local onde, historicamente, parte dos políticos do estado havia se formado. Lá se tornou uma liderança estudantil. Aos 12 anos idade já era representante de turma. Com 14 anos, na oitava série, participou da chapa do grêmio. Aos 15 anos, numa chapa única, foi candidata a presidente do grêmio. O processo, no entanto, não se deu de maneira tranquila. No período em que foi convocada a eleição para o grêmio, ela havia “descoberto” a sua sexualidade, sofrendo críticas em relação a isto e ao cargo que iria assumir. Mesmo assim venceu o pleito com 89% dos votos. Desde que “assumiu” sua sexualidade, Renata pensou em se torna travesti. Cultivava um cabelo comprido desde a adolescência e possuía traços muito delicados. Desta maneira, quando frequentava bares “gays”, era incentivada a se tornar travesti. No início rejeitou a possibilidade, pois associava a imagem de travesti à agressividade, e a alguém que habitava as ruas e que usava “gilette” debaixo da língua. Acreditava que a prostituição seria sua única via de sobrevivência, mas ao mesmo tempo afirma que o movimento estudantil a fez pensar para além desta possibilidade. Sofreu agressões do pai que chegou a cortar seus cabelos com um facão. Quando assumiu o grêmio, vinculou-se ao Partido Popular Socialista (PPS) e foi vice-presidente da Juventude Popular Socialista (JPS). Sua experiência como liderança estudantil lhe rendeu várias aprendizagens, a “lutar por uma educação justa e igualitária e fazer política com isso”, e aprendeu “o mecanismo de que você só é respeitado quando faz valer o seu direito”. A escola que tinha os grêmios mais atuantes, conseguiu conquistar seus direitos. Observava com descrédito o movimento “gay” na década de 1990 em Aracaju, pois não via “nada produtivo” nas reuniões do único grupo existente, restringindo as atividades do grupo à distribuição de preservativos. Com a candidatura da vice-

presidente do Dialogay, uma mulher “heterossexual” pelo PT, viu que o movimento poderia mudar. Continuou no movimento estudantil até 1999, na época era secretária geral da USES (União Sergipana dos Estudantes Secundaristas). Com a reestruturação no grupo, e pelo passado de militância estudantil, naquele mesmo ano, Renata foi convidada a compor a chapa do “Dialogay” como secretária geral. Soube que o Dialogay estava se reestruturando, ouvi falar do então presidente. Acredita que a saída do movimento estudantil para o LGBT aconteceu em boa hora. Via que as pessoas do movimento estudantil estavam ficando velhas e não via sentido naquilo, pois havia cumprido um ciclo. Via-se mais útil no movimento LGBT e nos desafios que eles traziam e também porque tinha a ver com sua história de vida, pois estava entrando numa luta pelo “direito de existir e de ser como queria ser”. No Dialogay também assumiu a função de “agente de saúde” do projeto “Jovens namorados”, destinado a prevenção e combate ao . O projeto deu possibilidade de entender como trabalhar outros projetos sociais. A fez entender que uma ONG, além de lutar pelos direitos, e buscar através da pressão social a garantia de direitos, podia formular idéias pra minimizar males e aglutinar pessoas em torno disso. No Dialogay presidiu uma coordenação de travestis e transexuais que deu origem a ONG que atualmente preside, formada em 2002. A participação do Dialogay possibilitou a criação de uma rede com outros militantes (GGB e Grupo Arco-íris/RJ) que lhe rendeu várias aprendizagens acerca da mobilização política LGBT, inclusive para a idealização e execução da “Parada LGBT” em Aracaju, evento anual que continua a coordenar. Afirmo que, por conta da dissolução do Dialogay, recebeu uma demanda de outros segmentos identitários e a instituição passou a ser LGBT. Sua direção frente à instituição e suas atividades no Dialogay a projetaram no cenário nacional a partir de 2002. Desde então assumiu os cargos de Secretária da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Secretária de Direitos Humanos da ABGLT.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tentou tomar rumos analíticos diferenciados daqueles que normalmente se debruçam sobre o universo da militância “trans”, vinculados a debates menos distanciados e pautados em discussões do “corpo” e do “gênero”.

Neste sentido, privilegiou-se a análise das redes sociais e das oportunidades políticas que produziram, a partir da década de 1990, uma

ressignificação das identificações realizadas pelo movimento LGBT acerca do “universo trans”.

Verificou-se que os investimentos do estado na prevenção e no combate ao HIV/AIDS para o segmento “trans” possibilitou sua organização e um conseqüente fortalecimento das redes institucionais. Além disso, observou-se que, numa dimensão microssociológica, o “processo de categorização” e de “identificação de si” também estão atrelados às redes formais e informais que criam estruturas de significação de entrada e permanência em determinadas “lutas”, como aquelas defendidas em favorecimento do segmento “trans”.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

AMARAL, Daniela Murta. **A psiquiatrização da transexualidade**: análises dos efeitos do diagnóstico do transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), 2007. (Dissertação de Mestrado)

ARMSTRONG, Elizabeth A. **Forging gay identities**: organizing sexuality in San Francisco, 1950-1994. Chicago: The University of Chicago Press, 2002a.

_____. Crisis, collective creativity and the generation of new organizational forms: the transformation of lesbian/gay organizations in San Francisco. **Social Structure and Organizations Revisited**, v. 19, 2002b, p. 361-395.

_____. From struggle to settlement: the cristalization of a field of lesbian/gay organizations in San Francisco, 1969-1973. In: DAVIS, Gerald et al. **Social Movements and Organization Theory**. New York: Cambridge University Press, 2005, p. 161-187.

AVANZA, Martina; LAFERTÉ, Gilles. Dépasser la “construction dès identités”?: identification, image sociale, appurtenance, **Génesse 61**, Paris, 2005, p. 134-152.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Normas e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Universidade de São Paulo), 2010. (Dissertação de mestrado)

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond,, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Violência simbólica e lutas políticas. In: _____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 199-233.

_____. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9ª ed. Campinas: Papius, 2008a, p. 74-82.

BRITT, Lory; HEISE; David. From shame to pride in identity politics. In: STRYKER, Sheldon; OWENS, Timothy J.; WHITE, Robert W. (org.). **Self, identity, and social movements**: social movements, protest, and contention. Vol. 13. Minneapolis: University Minnesota Press, 2000.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond "identity". **Theory and Society**. vol.29, p. 1-47, 2000. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/brubaker/>. Acesso em 05 de maio de 2010.

BRUBAKER, Rogers; LOVEMAN, Mara; STAMATOV, Peter. Ethnicity as cognition. **Theory and Society**, vol.33, p.31-64, 2004. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/brubaker/>. Acesso em 20 de maio de 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cuerpos que importam**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paídos, 2005.

_____. **Deshacer el gênero**. Barcelona: Paidós, 2006.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?**: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), 2011. (Dissertação de Mestrado)

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. 4 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements**: an introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DIANI, Mario. Introduction: social movements, contentious actions and social networks: 'from metaphor to substance'? In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug. **Social movements and networks**: relational approaches to collective action. New York: Oxford University Press, 2003a, p. 1-20.

_____. Networks and Social Movements: a research programme. In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug. **Social movements and networks**: relational approaches to collective action. New York: Oxford University Press, 2003b, p. 299-319.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual e construção de identidades coletivas em tempos de AIDS. UZIEL, Ana Paula; RIOS, Luis Felipe; PARKER, Richard. **Construções de sexualidades**: gênero, identidade comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: PALLAS, 2004, p. 151-168.

_____. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, Natal, n. 04, 2009, p. 131-158.

FIGARI, Carlos. **Os outros cariocas**: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: post scriptum. **Revue française de science politique**, vol. 51, nº 1-2, février-avril, 2001, p.199-217.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.87-115.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Est. His.**, Rio de Janeiro vol.22, n.44, p.323-354, julho-dezembro de 2009.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GREEN, James N. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

_____. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 15, 2000b. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad15/n15a12.pdf> . Acesso em 10 de janeiro de 2010.

GREEN, James; POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos:** fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

HOCQUENGHEM, Guy. **A contestação homossexual.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

LEITE JR. Jorge. “**Nossos corpos também mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Doutorado em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 2008. (Tese de Doutorado)

MACRAE, Edward. Movimentos sociais e os direitos de cidadania dos homossexuais. In: ARAÚJO, A. (org.). **Trabalho, cultura e cidadania:** um balanço da história social brasileira. São Paulo: Editora Scritta, 1997, p. 237-242.

MCADAM, Doug. Cultura y movimientos sociales. In: GUSFIELD, Joseph; RODRIGUEZ-CABELLO, Enrique Laraña. **Los nuevos movimientos sociales:** de la ideología a la identidad. Barcelona: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2002, p. 43-68.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, junho 1989, nº 17, p. 49-66.

_____. Qué hay de nuevo em los “nuevos movimientos sociales?
In: GUSFIELD, Joseph; LARANÃ. **Los nuevos movimientos sociales**: de la ideologia a la identidade. Madrid: CIS, 1994, p. 119-150.

_____. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos. **Balcão de direitos**: assessoria jurídica em direitos humanos e DST/HIV/AIDS. [s.l.: s.n.], [20--].

PARKER, Richard. **Na contramão da AIDS**: sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

PASSY, Florence. Social networks matter. But how? In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug. **Social movements and networks**: relational approaches to collective action. New York: Oxford University Press, 2003, p. 21-48.

_____. **L'action altruiste**. Paris-Genève: Droz, 1998.

PASSY, Florence; GUGNI, Marco. Life-spheres, networks and sustained participation in social movements: a phenomenological approach to political commitment. **Social Forum**, vol. 5, nº 1, p. 117-144, 2000.

SAWICKI, Frédéric. Le temps de l'engagement: à propôs de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. In: LAGROYE, J. La politisation. Paris: Belin, 2003, p.123-146.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOMMIER, Isabelle. Les états affectifs ou la dimension affectuelle des mouvements sociaux. In: FILLIEULE, Olivier; AGRİKOLIANSKY, Éric; SOMMIER, Isabelle. **Penser les mouvements sociaux**: conflicts sociaux et contestations das les sociétés contemporaines. Paris: Edition La Decouverte, 2010, p. 183-202.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confrontos políticos. Petrópolis: Vozes, 2009.

TERTO JR., Veriano. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia do HIV/Aids. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n.17, 2002, p.147-158